



**Serveng-Civilsan S.A. - Empresas
Associadas de Engenharia**

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

Conteúdo

| | |
|--|----|
| Relatório da administração | 3 |
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 6 |
| Balancos patrimoniais | 8 |
| Demonstrações de resultados | 9 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes | 10 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 11 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto | 12 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 13 |

Relatório da administração

Senhores acionistas

A Administração da Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia. (Serveng ou Companhia) submete à apreciação dos acionistas e ao público em geral, o Relatório da Administração, acompanhado pelas Demonstrações Financeiras e o respectivo Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012. Os valores monetários, exceto quando indicado o contrário, estão expressos em milhares de reais.

Apresentação

A Serveng, companhia de capital nacional fechado, atuando principalmente nos segmentos de: (i) Construção civil; (ii) Mineração - produção e comercialização de pedras britadas, massa asfáltica, artefatos de concreto e outros minerais; (iii) Dragagem; (iv) Concessão de Serviços Públicos – principalmente na administração e exploração de rodovias e geração e comercialização de energia, incluindo energia eólica; e (v) Prestação de serviços de gestão e exploração de centros comerciais.

Os principais investimentos mantidos pela Companhia em empresas controladas integralmente ou com controle compartilhado são: (i) Corumbá Concessões S.A. - concessão de serviços públicos na geração de energia; (ii) Santa Cruz Rodovias S.A. - concessão de serviços públicos na exploração de rodovias; (iii) Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. e suas controladas – comercialização de energia eólica; (iv) Dragaport Engenharia Ltda. – serviços de dragagem; e (v) Serramar Parque Shopping Ltda. – gestão e exploração de centros comerciais.

Entre os diversos projetos executados no decorrer de 2012 pela Serveng, individualmente ou em parceria com empresas consorciadas, destacaram-se: (i) **Refinaria Premium I (Petrobrás), MA** – inaugurado em 2010, compreende a execução de serviços de terraplenagem, drenagem e obras de acessos na área da futura refinaria Premium I no Maranhão; (ii) **Complexo Eólico Ventos Potiguares, RN** inaugurado em 2011 compreende a execução de serviços de terraplenagem, obras de acesso e construção do complexo eólico Ventos Potiguares nos municípios de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso no Rio Grande do Norte; (iii) **Obra SP 320 – Lotes 5 e 7, SP** – inaugurada em Nov/2010, compreendendo a duplicação e restauração de pista da Rodovia SP 320 – Lotes 5 e 7; (iv) **Metrô Linha 5 - lilás, SP** – inaugurada em mai/2011 compreende execução de obras civis, contemplando obra bruta e acabamento do trecho entre a Vala a Céu Aberto - "VCA" (exclusive) para a partida das tuneladoras e a Estação Borba Gato (inclusive), da Linha 5 - lilás; (v) **UHE Belo Monte, PA** – inaugurada em 2011 compreende execução de todos os serviços, obras e fornecimentos, projeto executivo, infraestrutura e de apoio referentes às obras civis, canteiro de obras e vilas, e outros, para a Usina de Belo Monte.

Ambiente econômico

O ano de 2012 foi marcado pelo agravamento da crise mundial e da redução nas atividades no segmento industrial e de serviços na atividade econômica, principalmente na Zona do Euro. Diante desse cenário internacional desfavorável a economia brasileira cresceu cerca de 0,9%, ou seja, em ritmo menor em relação a 2011, ano em que o PIB brasileiro cresceu 2,7%.

Desempenho econômico-financeiro

A Companhia obteve em 2012 um Lucro Líquido Consolidado de R\$ 400.770 (R\$ 31.528 em 2011), representando aumento de 1.171,2% em relação ao ano anterior, influenciada pelos seguintes fatores: (i) Lucro Bruto de R\$ 274.471, representando uma contribuição de 27,6% sobre a receita líquida de vendas; (ii) Receita oriunda da mensuração de determinados ativos ao valor justo na rubrica “Receitas Financeiras” totalizando R\$ 288.081 (líquido de impostos diferidos).

Na formação da receita operacional bruta consolidada obtida pela Companhia em 2012 no montante de R\$ 1.049.925 (R\$ 668.446 em 2011), ressalta-se o seguinte: (i) Aumento de 65,5% na Receita de Engenharia e Construção, que passou de R\$ 454.396 em 2011 para R\$ 751.994 em 2012; e (ii) Crescimento de 252,7% na Receita de Geração de Energia Elétrica, que passou de R\$ 24.084 em 2011 para R\$ 84.939 em 2012.

A tabela a seguir demonstra de forma resumida os principais números de 2012 e sua evolução em comparação ao exercício anterior.

Evolução da Receita Bruta de Vendas Consolidada por Segmento de Negócio

| Segmento de negócio | em 2012 | | em 2011 | | AH% |
|-------------------------------|------------------|--------------|----------------|--------------|----------------|
| | R\$ Mil | AV% | R\$ Mil | AV% | |
| Engenharia e Construção | 751.994 | 71,6 | 454.396 | 69,3 | 65,5 |
| Mineração | 144.076 | 13,7 | 138.404 | 20,7 | 4,1 |
| Geração de Energia Elétrica | 84.939 | 8,1 | 24.084 | 3,6 | 252,7 |
| Concessão de Rodovias e Ponte | 60.887 | 5,8 | 51.520 | 7,7 | 18,2 |
| Outros | <u>8.029</u> | <u>0,8</u> | <u>42</u> | <u>0,0</u> | <u>19040,5</u> |
| | <u>1.049.925</u> | <u>100,0</u> | <u>668.446</u> | <u>100,0</u> | 57,1 |

Recursos humanos

A Companhia encerrou o ano de 2012 com 2.455 colaboradores (2.418 colaboradores em 2011).

Perspectivas

O Brasil iniciou em 2010, o maior ciclo de grandes obras de infra-estrutura dos últimos 30 anos. Nos próximos 5 anos deverão ser investidos mais de R\$ 800 bilhões de reais de recursos públicos e privados.

A Companhia e suas controladas vêm se preparando para fazer parte deste desenvolvimento, quebrando paradigmas e buscando oportunidades de novos negócios nos mais diversos setores da infra-estrutura brasileira. Neste sentido, nossas estratégias estão direcionadas para crescer participação em nossos principais segmentos de atuação, bem como expandir nossa presença em diferentes regiões do País.

A Administração da Companhia acredita que a estabilidade econômica brasileira no médio e longo prazo contribuirá para um ciclo virtuoso de crescimento, permitindo a ampliação dos nossos negócios no mercado interno, com solidez e aprimoramento de nossa tecnologia na prestação de serviços e comercialização de produtos.

Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e demais entidades envolvidas em nossos negócios, e em especial aos nossos colaboradores pela dedicação e esforço empreendidos, sem os quais não conseguiríamos obter os resultados apresentados.

São Paulo, 12 de abril de 2013

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia. (“Companhia”), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8, em dezembro de 2009 foi publicada a Emenda Constitucional 62 (EC 62/09) instituindo regras relativas ao pagamento de precatórios federais, estaduais e municipais que está, atualmente, em tramite no Superior Tribunal Federal – STF para julgar sobre a constitucionalidade da forma do pagamento. A Companhia possui precatórios a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ no montante de R\$ 469.743 mil, cuja realização financeira desses precatórios depende do desfecho da ação rescisória movida pela SEFAZ perante o Superior Tribunal de Justiça – STJ e a tempestividade do pagamento pelo Estado de São Paulo. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

São Paulo, 12 de abril de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6



Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/P-7

Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

| Ativo | Nota | Consolidado | | Controladora | | Passivo | Nota | Consolidado | | Controladora | |
|---|------|------------------|------------------|------------------|------------------|--|------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | | | 2012 | 2011 | | |
| Circulante | | | | | | Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4a | 83.311 | 156.342 | 47.478 | 131.419 | Fornecedores e subempreiteiros | | 79.115 | 73.623 | 39.685 | 48.417 |
| Aplicações financeiras | 4b | 216.792 | - | - | - | Empréstimos e financiamentos | 15 | 43.411 | 28.422 | 16.448 | 20.775 |
| Contas a receber de clientes | 5 | 258.706 | 198.468 | 213.082 | 148.237 | Impostos e contribuições a recolher | 17 | 48.986 | 38.709 | 42.546 | 31.608 |
| Estoques | 7 | 35.365 | 21.843 | 17.696 | 15.353 | Salários e férias a pagar | | 35.669 | 17.984 | 20.854 | 13.632 |
| Impostos a recuperar | | 31.862 | 18.186 | 21.455 | 15.731 | Dividendos a pagar | | 3.774 | 3.774 | 3.774 | 3.774 |
| Partes relacionadas - contas a receber de clientes | 16 | 3.997 | 3.195 | 42.718 | 92.606 | Imposto de renda e contribuição social | | 3.412 | 919 | 3.376 | - |
| Partes relacionadas - dividendos a receber | 16 | - | - | 113 | - | Provisão para manutenção relativos a concessões | | 17.851 | 19.409 | - | - |
| Partes relacionadas - outras contas a receber | 16 | - | - | 69.604 | 7.354 | Participações em consórcios | 6 | - | - | 12.303 | 43.607 |
| Despesas antecipadas | | 10.736 | 3.841 | 5.790 | 2.844 | Partes relacionadas - outras contas a pagar | 16 | - | - | 2.000 | - |
| Outras contas a receber | | 21.291 | 18.657 | 7.161 | 10.235 | Outras contas a pagar | 19 | 47.176 | 31.010 | 7.542 | 5.534 |
| | | <u>662.060</u> | <u>420.532</u> | <u>425.097</u> | <u>423.779</u> | | | <u>279.394</u> | <u>213.850</u> | <u>148.528</u> | <u>167.347</u> |
| Não circulante | | | | | | Não circulante | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | | Empréstimos e financiamentos | | | | | |
| Precatórios a receber | 8 | 551.881 | 507.825 | 551.881 | 507.825 | Impostos e contribuições sociais a recolher | 17 | 22.809 | 26.180 | 21.649 | 25.385 |
| Imóveis a comercializar | | 4.493 | 3.674 | 2.574 | 1.755 | Partes relacionadas - mútuos | 16 | - | - | 11.926 | 5.764 |
| Partes relacionadas - mútuos | 16 | 2.824 | 1.484 | 2.838 | 3.764 | Provisão para contingências | 18 | 13.814 | 8.710 | 12.275 | 8.394 |
| Partes relacionadas - adiantamento para futuro aumento de capital | 16 | - | - | 45.074 | 38.195 | Imposto de renda e contribuição social diferidos | 9 | 531.553 | 369.546 | 531.564 | 369.546 |
| Partes relacionadas - outras contas a receber | 16 | - | - | - | 107.774 | Receita diferida | | 11.153 | 4.014 | 985 | 1.534 |
| Ativos financeiros | 11 | 1.174.761 | 738.275 | 1.174.761 | 738.275 | Outras contas a pagar | 19 | 68.645 | 78.821 | 24.886 | 21.479 |
| Outros créditos | | 41.315 | 8.607 | 895 | 577 | | | <u>1.192.078</u> | <u>621.813</u> | <u>640.112</u> | <u>522.402</u> |
| | | <u>1.775.274</u> | <u>1.259.865</u> | <u>1.778.023</u> | <u>1.398.165</u> | Patrimônio líquido | | | | | |
| Investimentos | 10 | - | 3.483 | 156.197 | 63.856 | Capital social | 20 | 1.271.900 | 1.207.380 | 1.271.900 | 1.207.380 |
| Propriedade para investimentos | 12 | 111.713 | 132.030 | 6.813 | 6.548 | Adiantamento para futuro aumento de capital | | - | 30.000 | - | 30.000 |
| Imobilizado | 13 | 1.207.115 | 893.334 | 713.170 | 681.234 | Reservas de lucros | | 744.347 | 371.176 | 744.347 | 371.176 |
| Intangível | 14 | 54.750 | 59.543 | 48.780 | 49.291 | Ajuste de avaliação patrimonial | | 323.193 | 324.568 | 323.193 | 324.568 |
| | | <u>3.148.852</u> | <u>2.348.255</u> | <u>2.702.983</u> | <u>2.199.094</u> | | | <u>2.339.440</u> | <u>1.933.124</u> | <u>2.339.440</u> | <u>1.933.124</u> |
| | | <u>3.810.912</u> | <u>2.768.787</u> | <u>3.128.080</u> | <u>2.622.873</u> | | | <u>3.810.912</u> | <u>2.768.787</u> | <u>3.128.080</u> | <u>2.622.873</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

| | | <u>Consolidado</u> | | <u>Controladora</u> | |
|--|------|--------------------|------------------|---------------------|------------------|
| | Nota | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Receita operacional líquida | 22 | 959.307 | 597.014 | 936.223 | 581.606 |
| Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados | | <u>(684.836)</u> | <u>(477.038)</u> | <u>(678.273)</u> | <u>(483.582)</u> |
| Lucro bruto | | <u>274.471</u> | <u>119.976</u> | <u>257.950</u> | <u>98.024</u> |
| (Despesas) outras receitas operacionais | | | | | |
| Administrativas, comerciais e gerais | 23 | (148.115) | (158.946) | (158.866) | (149.251) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 10 | - | - | (4.572) | 5.964 |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | | <u>10.505</u> | <u>18.343</u> | <u>25.418</u> | <u>11.026</u> |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos | | <u>136.861</u> | <u>(20.627)</u> | <u>119.930</u> | <u>(34.237)</u> |
| Despesas financeiras | 24 | (31.678) | (31.880) | (15.457) | (22.188) |
| Receitas financeiras | 24 | <u>486.736</u> | <u>83.270</u> | <u>480.740</u> | <u>84.254</u> |
| | | <u>455.058</u> | <u>51.390</u> | <u>465.283</u> | <u>62.066</u> |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | <u>591.919</u> | <u>30.763</u> | <u>585.213</u> | <u>27.829</u> |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente | 9 | (25.650) | (3.181) | (18.945) | (1.395) |
| Imposto de renda e contribuição social - diferido | 9 | <u>(165.499)</u> | <u>3.946</u> | <u>(165.498)</u> | <u>5.094</u> |
| Lucro líquido do exercício | | <u>400.770</u> | <u>31.528</u> | <u>400.770</u> | <u>31.528</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

| | <u>Consolidado</u> | | <u>Controladora</u> | |
|--|-----------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Lucro líquido do exercício | <u>400.770</u> | <u>31.528</u> | <u>400.770</u> | <u>31.528</u> |
| Outros resultados abrangentes: | | | | |
| Ganho decorrente de variação de participação em controlada em conjunto | <u>9.726</u> | <u>-</u> | <u>9.726</u> | <u>-</u> |
| Resultado abrangente total | <u><u>410.496</u></u> | <u><u>31.528</u></u> | <u><u>410.496</u></u> | <u><u>31.528</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

| Nota | Reserva de lucros | | | | | | Total Controladora |
|--|-------------------|---|---------------|-------------------------------|---------------------------------|-------------------|--------------------|
| | Capital social | Adiantamento para futuro aumento de capital | Reserva Legal | Reserva de retenção de lucros | Ajuste de avaliação patrimonial | Lucros acumulados | |
| Saldos em 1º de janeiro de 2011 | 600.000 | - | 28.076 | 696.539 | 339.601 | - | 1.664.216 |
| Aumento de capital em dinheiro | 207.380 | - | - | - | - | - | 207.380 |
| Aumento de capital com reservas | 400.000 | - | - | (400.000) | - | - | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 30.000 | - | - | - | - | 30.000 |
| Realização do custo atribuído de ativos, líquido de tributos diferidos | - | - | - | - | (15.033) | 15.033 | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 31.528 | 31.528 |
| Proposta de destinação do lucro líquido e lucros acumulados à AGO | | | | | | | |
| Reserva legal | - | - | 1.576 | - | - | (1.576) | - |
| Reserva de retenção de lucros | - | - | - | 44.985 | - | (44.985) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 1.207.380 | 30.000 | 29.652 | 341.524 | 324.568 | - | 1.933.124 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 20a. - | 34.520 | - | - | - | - | 34.520 |
| Aumento de capital com integralização de adiantamento para futuro aumento de capital | 20a. 64.520 | (64.520) | - | - | - | - | - |
| Realização do custo atribuído de ativos, líquido de tributos diferidos | - | - | - | - | (1.375) | 1.375 | - |
| Distribuição de dividendos | 20c. - | - | - | (38.700) | - | - | (38.700) |
| Ganho decorrente de variação de participação em controlada em conjunto | 10 - | - | - | - | - | 9.726 | 9.726 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 400.770 | 400.770 |
| Proposta de destinação do lucro líquido e lucros acumulados à AGO | | | | | | | |
| Reserva legal | 20b. - | - | 20.039 | - | - | (20.039) | - |
| Reserva de retenção de lucros | 20b. - | - | - | 391.832 | - | (391.832) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 1.271.900 | - | 49.691 | 694.656 | 323.193 | - | 2.339.440 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | | |
| Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social | 591.919 | 30.763 | 585.213 | 27.829 |
| Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais: | | | | |
| Constituição provisão para perdas com estoques e outros | 7.072 | 5.394 | 36.929 | 17.862 |
| Juros e variações monetárias | 31.730 | 19.856 | 9.374 | 10.293 |
| Constituição de provisão para devedores duvidosos e ajuste a valor presente de contas a receber | 2.325 | 5.810 | 2.299 | 5.581 |
| Juros e variações monetárias sobre precatórios a receber | (33.875) | (35.136) | (33.875) | (35.136) |
| Depreciação e amortização | 42.732 | 33.010 | 20.970 | 31.300 |
| Constituição (reversão) de provisão para contingências | 5.105 | (3.953) | 3.881 | (3.383) |
| Custo residual do ativo imobilizado e da propriedade para investimentos baixado | 29.684 | 12.165 | 39.156 | 130.272 |
| Custo do investimento alienado | 3.483 | 12.250 | 8.151 | 12.250 |
| Ganho líquido na variação do valor justo de investimentos e propriedade para investimentos | (422.455) | (28.867) | (436.751) | (28.867) |
| Equivalência patrimonial | - | - | 4.572 | (5.964) |
| | <u>257.720</u> | <u>51.292</u> | <u>239.919</u> | <u>162.037</u> |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (26.649) | (3.181) | (11.620) | (1.395) |
| Variações nos ativos e passivos | | | | |
| (Aumento) / Redução dos ativos | | | | |
| Aplicações financeiras | (216.792) | - | - | - |
| Contas a receber | (82.107) | (68.269) | (87.109) | (71.601) |
| Estoques | (13.522) | (9.785) | (2.343) | (5.032) |
| Precatórios a receber | 2.712 | 113 | 2.712 | 113 |
| Impostos a recuperar | (13.637) | (9.331) | (5.724) | (11.542) |
| Partes relacionadas - ativo | (802) | 10.663 | 41.670 | (148.564) |
| Participações em consórcios | - | - | - | 54.436 |
| Outras contas a receber | (40.668) | 30.696 | (190) | (1.635) |
| Imóveis a comercializar | (819) | 231 | (819) | - |
| Aumento / (Redução) dos passivos | | | | |
| Fornecedores | 5.207 | 36.930 | (8.732) | 23.341 |
| Impostos e encargos sociais a recolher | 24.424 | 22.652 | 6.995 | 19.392 |
| Receita diferida | 7.139 | (15.291) | (549) | (16.598) |
| Partes relacionadas - passivo | - | - | 2.000 | - |
| Participações em consórcios | - | - | (31.304) | - |
| Outras contas a pagar | 3.164 | 20.033 | 5.415 | (930) |
| | <u>(94.630)</u> | <u>66.753</u> | <u>150.321</u> | <u>2.022</u> |
| Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais | | | | |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | | |
| Aquisição de ativo imobilizado | (350.976) | (215.498) | (86.317) | (88.932) |
| Aumento de participação em controladas e SCPs | - | (12.250) | (125.308) | (95.684) |
| Aumento de propriedade para investimentos | - | (117.757) | - | (118.000) |
| Recebimentos de dividendos de controladas | - | - | - | 8.264 |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa decorrente de ganho de participação em controladas em conjunto | 634 | - | - | - |
| Aumento do ativo intangível | 885 | (14.518) | (5.234) | (11.613) |
| | <u>(349.457)</u> | <u>(360.023)</u> | <u>(216.859)</u> | <u>(305.965)</u> |
| Caixa líquido usado nas atividades de investimento | | | | |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | | | |
| Aumento de capital | 34.520 | 207.380 | 34.520 | 207.380 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 30.000 | - | 30.000 |
| Mútuo com partes relacionadas | (1.340) | (1.484) | 7.088 | (3.000) |
| Empréstimos tomados | 421.008 | 206.307 | 6.788 | 195.717 |
| Pagamentos de empréstimos, incluindo juros | (44.432) | (129.574) | (27.099) | (114.179) |
| Pagamento de dividendos | (38.700) | (5.000) | (38.700) | (5.000) |
| | <u>371.056</u> | <u>307.629</u> | <u>(17.403)</u> | <u>310.918</u> |
| Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento | | | | |
| (Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa | <u>(73.031)</u> | <u>14.359</u> | <u>(83.941)</u> | <u>6.975</u> |
| Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa | | | | |
| No início do exercício | 156.342 | 141.983 | 131.419 | 124.444 |
| No fim do exercício | <u>83.311</u> | <u>156.342</u> | <u>47.478</u> | <u>131.419</u> |
| (Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa | <u>(73.031)</u> | <u>14.359</u> | <u>(83.941)</u> | <u>6.975</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia (Serveng ou Companhia) está situada na Rua Deputado Vicente Penido, 255 – Vila Maria CEP: 02064-120 – São Paulo /SP, atua no segmento de construção civil, destacando-se a execução de obras de terraplenagem, pavimentação, rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, canais, barragens, edificações, empreendimentos imobiliários, túneis, pontes, viadutos, armação e operação de embarcações destinadas à execução das obras, produção e comercialização de pedras britadas, massa asfáltica, artefatos de concreto e outros minerais. As controladas têm por objeto atividades em linha com as áreas de atuação da Companhia, em especial serviços de dragagem, concessão de serviços públicos (administração e exploração de rodovias e pontes), geração de energia, incluindo energia eólica e prestação de serviços de gestão e exploração de centros comerciais.

2 Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12 de abril de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações, ônibus, aeronaves, o valor justo de ativos classificados como propriedades para investimentos na data de transição para o CPC, o valor justo de determinadas participações societárias mantidas em companhias abertas e os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e

despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

As informações sobre incertezas sobre as premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Provisão para devedores duvidosos;
- Nota 9 – Impostos Diferidos
- Nota 12 – Propriedade para investimento
- Nota 13 – Revisão da vida útil do imobilizado
- Nota 14 – Recuperabilidade de ágio
- Nota 18 - Provisão para contingências;

2.2 Descrição das principais práticas contábeis

a. Instrumentos financeiros

- *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e/ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos reconhecidos na Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, precatórios a receber e outros recebíveis.

- *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de

investimentos da Companhia. Os custos de transação, depois do reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e, mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

- ***Empréstimos e recebíveis***

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos, diminuídos por perdas por redução do valor recuperável.

- ***Passivos financeiros não derivativos***

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e suas controladas tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

- ***Instrumentos financeiros derivativos***

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2012 e 2011, incluindo operações de *hedge*.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

c. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras incluem os recursos que não serão aplicados na operação no curto prazo, dentro de um período não superior a 90 dias.

d. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados com as medições de serviços a faturar e valores efetivamente faturados, os quais incluem os respectivos impostos. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

O cálculo do ajustes a valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

e. Estoques

Os estoques de matéria-prima, materiais auxiliares e outros estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio de compra, inferiores ao custo de reposição ou aos valores de realização. Os estoques de produtos acabados são formados pelos custos de matéria-prima aplicada, mão-de-obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de fabricação relacionados, sempre considerando a capacidade normal de produção, e estão apresentados por valores inferiores ao preço líquido de realização.

f. Arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

g. Participações em consórcios

As participações em consórcios são reconhecidas linha a linha no balanço patrimonial e no resultado do exercício de acordo com o percentual de participação mantido em cada consórcio. A provisão para perdas com encerramento de consórcios, quando aplicável, é reconhecida no passivo circulante.

h. Depósitos judiciais

Os depósitos em juízo, que representam ativos restritos da Companhia e suas controladas, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas. Estes depósitos são mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências, as mesmas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais.

i. Investimentos e outros investimentos

(i) Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial. Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

(ii) Outros investimentos

Investimentos mensurados ao valor justo estão compostos por ações negociadas em Bolsa de Valores, as quais foram avaliadas ao mercado pelo preço da ação negociada na data do encerramento do exercício.

j. Propriedade para investimentos

São as propriedades em que se esperam benefícios econômicos contínuos e permanentes, representado pelos imóveis destinados a renda, e são inicialmente demonstrados pelo custo de formação, que inclui o custo do terreno e demais custos de construção. Quando a fase de construção encontra-se concluída, a Companhia e suas controladas passam a avaliar o ativo pelo seu valor justo baseado no método do fluxo de caixa descontado ou pelo valor de mercado das propriedades que busca refletir as condições de mercado deste ativo na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são alocados na demonstração do resultado no exercício que forem identificados.

k. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável (*impairment*) acumulada, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não estão sujeitos a depreciação. As vidas úteis estimadas para os exercício corrente e comparativo estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos obtidos com a venda do ativo em relação ao seu valor contábil registrado na data da alienação, e são reconhecidos como “Outras Receitas Operacionais” na demonstração do resultado.

l. Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Companhia e de suas controladas e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo da data de aquisição. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Os ativos intangíveis com vida definida são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O período e o método de amortização de um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A Companhia e suas controladas registram neste grupo o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura.

Os direitos contratuais relacionados com contratos de comercialização, licenças de instalação, licenças de uso de software, gastos pré-operacionais, marcas e patentes e outros são demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período em que são utilizados.

Os direitos contratuais relacionados com a outorga inicial e o ativo intangível relacionado com obras de melhorias de concessão de rodovias estão demonstrados ao custo histórico de formação

e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período concedido pelo Poder Concedente para exploração da concessão.

Os direitos de lavra de jazidas foram mensurados ao custo de formação e a exaustão está sendo calculada com base na quantidade de brita extraída em relação a possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação dessas jazidas.

m. *Redução ao valor recuperável*

O imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Quando aplicável, o *ágio pago sobre rentabilidade futura* e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

n. *Contas a pagar a fornecedores*

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

o. *Empréstimos e financiamentos*

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante com base no prazo de amortização contratado.

• *Capitalização dos custos dos empréstimos*

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.

p. *Provisões*

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

Provisão de manutenção - contratos de concessão:

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida em um nível específico de operação ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada contratualmente antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação na data do balanço.

Considera-se uma obrigação incluída no escopo da provisão somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas na medida em que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

q. *Compromissos relativos à concessão*

Em atendimentos ao OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público (outorga), não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente, sob o entendimento dos contratos de concessão de sua investida ser contratos executórios. Nos contratos de concessão a relação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a ser cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Os valores devidos ao Poder Concedente decorrentes da taxa de fiscalização de concessão são reconhecidos no resultado em função das contraprestações devidas mensalmente.

r. *Imposto de renda e contribuição social*

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos diferidos representam os créditos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como créditos e débitos sobre diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados à alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não-circulante.

A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

s. *Outros passivos circulantes e não circulantes*

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

t. *Capital social, reservas, dividendos e ajuste de avaliação patrimonial*

O capital social está composto em sua totalidade por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

De acordo com o estatuto social, os dividendos são reconhecidos no passivo no exercício em que são propostos pela administração e aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e/ou depreciação dos ativos a que eles se referem.

u. *Reconhecimento da receita*

• *Receita de vendas e serviços*

A receita bruta de vendas e serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida pela comercialização de produtos ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

Inicialmente a receita é apresentada pelo valor bruto, e, subseqüentemente, deduzidas dos tributos incidentes sobre as vendas, abatimentos, devoluções e descontos comerciais, bem como das eliminações das vendas entre empresas relacionadas.

A receita de serviços prestados relacionados aos contratos de construção é determinada por meio de medições dos trabalhos realizados, normalmente documentadas em planilhas de medições que substanciam o estágio de conclusão do serviço na data de encerramento das demonstrações financeiras. A receita do contrato de construção compreende o valor inicial acordado com o cliente, acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receitas e possam ser mensuradas de forma confiável. Na prática, a Companhia reconhece a receita dos contratos de construção baseada em relatório de medição previamente aprovado pelo cliente e, desde que exista um contrato firmado entre as partes.

A receita de venda de produtos é reconhecida contabilmente no momento que ocorre a transferência ao comprador dos riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias.

A receita de pedágio é reconhecida quando da utilização por usuários das rodovias e ponte administradas. Uma receita não é reconhecida quando há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de locação são reconhecidas no resultado quando efetivamente incorridas.

v. Resultado financeiro

- *Receita financeira*

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

- *Despesas financeiras*

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, despesas com juros e multas sobre passivos em abertos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos, além dos encargos financeiros incidentes sobre tributos parcelados junto ao Governo.

w. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas
- IFRS 11 Negócios em conjunto - CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto
- IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades - CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades; e
- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Controladora e de suas controladas e controladas com controle compartilhado, conforme detalhado a seguir:

| Empresas | Tipo de controle | Participação | |
|--|------------------------|--------------|---------|
| | | 2012 | 2011 |
| Santa Cruz Rodovias S.A. | Integral - Direto | 100,00% | 100,00% |
| Dragaport Engenharia Ltda. | Integral - Direto | 100,00% | 100,00% |
| Serveng Energias Renováveis S.A. (a) | Integral - Direto | - | 100,00% |
| Ventos Potiguares Geradora de Energia S.A. | Integral - Direto | 100,00% | 100,00% |
| Serramar Parque Shopping Ltda. | Integral - Direto | 100,00% | 100,00% |
| Serveng Mineração Balsas Ltda. (b) | Integral - Direto | 100,00% | - |
| Caiçara dos Ventos Torres de Concreto. (a) | Integral - Direto | - | 100,00% |
| Corumbá Concessões S.A. | Compartilhado - Direto | 22,93% | 18,74% |
| Energia Potiguar Geradora Eólica (b) | Integral – Indireto | 99,98% | 100,00% |
| Torres de Pedra Geradora Eólica (b) | Integral – Indireto | 99,98% | 100,00% |
| Ponta do Vento Leste Geradora Eólica (b) | Integral – Indireto | 99,98% | 100,00% |
| Torres de São Miguel Geradora Eólica (b) | Integral – Indireto | 99,97% | 100,00% |
| Morro dos Ventos Geradora Eólica (b) | Integral – Indireto | 99,98% | 100,00% |
| Canto da Ilha Geradora Eólica (b) | Integral – Indireto | 99,97% | 100,00% |
| Campina Potiguar Geradora Eólica (b) | Integral – Indireto | 99,97% | 100,00% |

| Empresas | Tipo de controle | Participação | |
|--|---------------------|--------------|---------|
| | | 2012 | 2011 |
| Esquina dos Ventos Geradora Eólica (b) | Integral – Indireto | 99,97% | 100,00% |
| Ilha dos Ventos Geradora Eólica (b) | Integral – Indireto | 99,96% | 100,00% |
| Pontal do Nordeste Geradora Eólica (b) | Integral – Indireto | 99,97% | 100,00% |

- (a) Empresas alienadas a partes relacionadas, conforme demonstrado no nota explicativa 16.
- (b) Empresas pré-operacionais.

Os exercícios sociais das controladas e controladas com controle compartilhado, incluídas na consolidação, são coincidentes com os da Controladora e suas práticas contábeis são uniformes.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b. Eliminação das participações no capital e reservas de lucros das empresas controladas e controladas com controle compartilhado;
- c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- d. Os saldos das transações intercompanhias de controladas com controle compartilhado foram eliminados e as participações que cabem aos demais acionistas foram destacadas no balanço patrimonial.

Também foram consolidadas as participações mantidas pela controlada Serveng em sociedades em conta de participação e consórcios.

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a. Caixa e equivalentes de caixa

| | Consolidado | | Controladora | |
|---------------------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Caixa e bancos | 73.555 | 14.324 | 8.515 | 5.573 |
| Aplicações financeiras diversas | <u>9.756</u> | <u>142.018</u> | <u>38.963</u> | <u>125.846</u> |
| | <u>83.311</u> | <u>156.342</u> | <u>47.478</u> | <u>131.419</u> |

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, são remuneradas substancialmente de acordo com a variação do Certificado Depósito Interbancário - CDI, 8,3% a.a em 2012 (11,64% a.a em 2011), contratadas em condições e taxas normais de mercado.

b. Aplicações financeiras

| | Consolidado | | Controladora | |
|------------------------|--------------------|------|---------------------|------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Aplicações financeiras | <u>216.792</u> | = | = | = |

Os recursos classificadas pela Administração na rubrica “Aplicações financeiras” tratam das aplicações financeiras registradas nas empresas do projeto eólico, que serão utilizados durante a construção do complexo eólico dentro de um período superior a 90 dias e são remuneradas as mesmas taxas das aplicações financeiras de curto prazo.

Os demais recursos foram classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” por serem considerados como ativos financeiros de curto prazo e alta liquidez, com possibilidade de resgate imediato em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e possuir opção de resgate antecipado das referidas aplicações, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

5 Contas a receber de clientes

| | Consolidado | | Controladora | |
|-----------------------------------|--------------------|-----------------|---------------------|-----------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Valores faturados para terceiros | 206.539 | 144.143 | 160.394 | 93.417 |
| Medições a faturar | 69.615 | 69.448 | 69.615 | 69.448 |
| Ajuste a valor presente | (1.828) | (2.163) | (1.828) | (2.163) |
| Provisão para devedores duvidosos | <u>(15.620)</u> | <u>(12.960)</u> | <u>(15.099)</u> | <u>(12.465)</u> |
| Total | <u>258.706</u> | <u>198.468</u> | <u>213.082</u> | <u>148.237</u> |

6 Participações em consórcios

| | Controladora | |
|--|---------------------|---------|
| | 2012 | 2011 |
| BR 364 | (11.625) | (5.680) |
| EMAP Dragagem | (9.333) | (9.288) |
| SEP Porto de Itajaí Emergência | (7.730) | (7.733) |
| Dersa Rodoanel Lote 4 Sul | (7.446) | (7.174) |
| CPTM - Estações - Linha 7 Rubi | (4.655) | (692) |
| DNIT Duplicação BR 101 | (4.416) | (4.193) |
| Belo Monte | (3.728) | (9.239) |
| Roma | (1.088) | - |
| Fiol | 1.018 | - |
| SAAE ETE Guarulhos | 1.081 | 948 |
| Jacu Pêssego Lote I | 1.321 | 865 |
| Outeirinhos | 1.639 | - |
| Transposição do Rio São Francisco Lote I, II e VII | 2.611 | 6.560 |
| Porto de Mucuripe | 3.096 | - |

| | Controladora | |
|---|---------------------|-----------------|
| | 2012 | 2011 |
| CPTM - Linhas A - F | 3.410 | (718) |
| Metro Linha 5 | 7.609 | - |
| REDUC | 16.424 | 4.059 |
| Outros consórcios | <u>3.733</u> | <u>(7.095)</u> |
| | (8.079) | (39.380) |
| Provisão para perdas com encerramento de consórcios | <u>(4.224)</u> | <u>(4.227)</u> |
| | <u>(12.303)</u> | <u>(43.607)</u> |

7 Estoques

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|--------------------|---------------|---------------------|---------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Produtos acabados | 11.312 | 6.642 | 11.312 | 6.462 |
| Matéria-prima | 713 | 345 | 713 | 345 |
| Outros estoques para consumo e manutenção | <u>23.340</u> | <u>14.856</u> | <u>5.671</u> | <u>8.546</u> |
| | <u>35.365</u> | <u>21.843</u> | <u>17.696</u> | <u>15.353</u> |

8 Precatórios a receber

| | Controladora e Consolidado | |
|--|-----------------------------------|----------------|
| | 2012 | 2011 |
| Valor bruto | | |
| Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (a) | 469.743 | 440.795 |
| DER/SP (b) | 22.037 | 20.680 |
| Outros (c) | <u>60.101</u> | <u>46.350</u> |
| | <u>551.881</u> | <u>507.825</u> |

Emenda Constitucional 62/09

Em dezembro de 2009 foi publicada a Emenda Constitucional 62 (EC 62/09) instituindo as regras relativas ao pagamento devido pelas Fazendas Públicas Federal, Distrital, Estaduais e Municipais, decorrente de decisão judicial transitada em julgado.

Cumprindo a determinação da EC 62/09, o Governo do Estado de São Paulo, principal devedor dos precatórios registrados pela Companhia (ver itens a e b), por meio do Decreto nº 55.300/09, optou pelo Regime Especial por depósito mensal para pagamento de seus precatórios judiciais da administração direta e indireta, ficando incluídos em tal regime os precatórios que ora se encontram pendentes de pagamento e os que vierem a ser emitidos durante a sua vigência. Assim, para pagamento dos precatórios vencidos e a vencer, as Unidades Públicas Devedoras Estaduais depositarão, mensalmente, 1/12 (um doze avos) do valor correspondente a 1,5% (um e meio por cento) da receita corrente líquida apurada no segundo mês anterior ao mês do depósito.

Composição dos precatórios a receber

- a. O precatório a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ-SP), cedido à Companhia pela controladora Soares Penido, representado pelo Ofício Requisitório nº 356/NER/83, Ordem Cronológica 410/97, refere-se à desapropriação de terras situada na Serra do Mar, e está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009, pela variação da caderneta de poupança.

No decorrer de 2005 a SEFAZ-SP ingressou com um pedido de Ação Rescisória perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) visando rediscutir o valor da indenização, pedido esse aguardando julgamento pelo STJ. O Governo do Estado de São Paulo, ante ao empenho da empresa para receber o valor do precatório, obteve o deferimento de medida liminar na Ação Rescisória para suspender o pagamento perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tornando ineficaz o Pedido de Sequestro proposto pela empresa. Por força da EC 62/2009 a atualização dos valores pendentes de pagamento serão corrigidos pelo índice da caderneta de poupança (juros + TR). Os assessores jurídicos entendem ser provável as chances da Companhia receber o valor do precatório.

- b. O precatório a receber do DER/SP está relacionado a contratos de obras com créditos vencidos, emitidos a favor da controlada Serveng em 1997, para ser pago em dez parcelas anuais a partir de dezembro de 2001, vencendo a última parcela em 31 de dezembro de 2010. O saldo remanescente está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009, pela variação da caderneta de poupança.
- c. Outros precatórios a receber estão relacionados principalmente com contratos de obras executadas pela controlada Serveng para diversas prefeituras com créditos vencidos, destacadamente com as prefeituras municipais de Jacareí, Cotia, Guarulhos e outras, atualizados monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009 pela variação da caderneta de poupança.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 26, em razão do recente julgamento ocorrido em 14 de março de 2013, cujo acórdão ainda não publicado, e como consequência a indefinição das regras que serão aplicadas aos pagamentos de precatórios pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e/ou Governo do Estado de São Paulo e demais entes devedores da administração pública, a Administração optou por manter registrado no ativo não-circulante a totalidade dos valores a receber de precatórios, até que haja uma posição em definitiva em relação aos efeitos do julgamento por parte do STF quanto a inconstitucionalidade da EC 62/09.

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

| | Consolidado | | Controladora | |
|-----------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Ativo | | | | |
| Diferenças temporárias | 11.412 | 8.084 | 11.401 | 8.084 |
| Prejuízos fiscais e base negativa | <u>8.046</u> | <u>19.178</u> | <u>8.046</u> | <u>19.178</u> |
| Total diferido ativo | <u>19.458</u> | <u>27.262</u> | <u>19.447</u> | <u>27.262</u> |

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|------------------|----------------|------------------|----------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Passivo | | | | |
| Valor justo de investimentos | 353.107 | 204.683 | 353.107 | 204.683 |
| Custro atribuído de edifícios e terrenos | 152.331 | 152.683 | 152.331 | 152.683 |
| Exclusões temporárias de órgãos públicos | 16.431 | 10.932 | 16.431 | 10.932 |
| Outras diferenças temporárias | <u>29.142</u> | <u>28.510</u> | <u>29.142</u> | <u>28.510</u> |
| Total diferido passivo | <u>551.011</u> | <u>396.808</u> | <u>551.011</u> | <u>396.808</u> |
| Total do imposto de renda e contribuição social diferido, líquido | <u>531.553</u> | <u>369.546</u> | <u>531.564</u> | <u>369.546</u> |
| | Consolidado | | Controladora | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Demonstração de resultado | | | | |
| Corrente: | | | | |
| Imposto de renda | (18.760) | (2.339) | (13.897) | (1.026) |
| Contribuição social | <u>(6.890)</u> | <u>(842)</u> | <u>(5.048)</u> | <u>(369)</u> |
| | <u>(25.650)</u> | <u>(3.181)</u> | <u>(18.945)</u> | <u>(1.395)</u> |
| Diferido: | | | | |
| Imposto de renda | (121.710) | 2.760 | (121.710) | 3.604 |
| Contribuição social | <u>(43.789)</u> | <u>1.186</u> | <u>(43.788)</u> | <u>1.490</u> |
| | <u>(165.499)</u> | <u>3.946</u> | <u>(165.498)</u> | <u>5.094</u> |

As apurações de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido foram realizadas de acordo com o Regime Tributário de Transição (RTT), que permite a pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis das novas práticas contábeis por meio de registros no livro de apuração do lucro real (LALUR) ou de controles auxiliares, sem produzir modificações na escrituração contábil.

10 Investimentos

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|-------------|--------------|-----------------|-----------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Investimentos mensurados por equivalência patrimonial (a) | - | - | 232.096 | 102.409 |
| Participações em sociedades por conta de participação (a) | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>7.271</u> | <u>7.271</u> |
| Subtotal | - | - | 239.367 | 109.680 |
| Outros investimentos, líquidos de provisão para perdas | - | 3.483 | - | 7.489 |
| Lucro não realizado entre a Companhia e suas controladas | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(83.170)</u> | <u>(53.313)</u> |
| | <u>-</u> | <u>3.483</u> | <u>156.197</u> | <u>63.856</u> |

- (a) As informações da Controladora sobre as participações societárias avaliadas pela equivalência patrimonial estão apresentadas como segue:

*Serveng-Civilsan S.A. - Empresas
Associadas de Engenharia
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

| Descrição | Capital social | Lucro (prejuízo) ajustado | Patrimônio líquido | Participação no capital da investida | Investimento | | Equivalência | |
|---|----------------|---------------------------|--------------------|--------------------------------------|--------------|----------|--------------|---------|
| | | | | | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Corumbá Concessões S.A (b). | 235.259 | 5.194 | 224.377 | 22,93% | 51.453 | 41.166 | 1.111 | (1.125) |
| Dragaport Engenharia Ltda. | 15.400 | 188 | 6.754 | 100,00% | 6.754 | 6.566 | 188 | 6 |
| Santa Cruz Rodovias S.A. | 26.710 | 13.321 | (10.635) | 100,00% | (10.635) | (23.956) | 13.321 | 11.132 |
| Serveng Energias Renováveis S.A | 1.900 | (223) | - | - | - | (1.040) | (223) | (1.040) |
| Serveng Mineração Balsas S.A. | - | (2.108) | (3.674) | 100,00% | (3.674) | (1.566) | (2.108) | (1.567) |
| Serramar Parque Shopping Ltda. | 3.000 | (9.481) | (5.916) | 100,00% | (5.916) | 3.566 | (9.481) | 566 |
| Caiçara dos Ventos Ger. Eólica S.A. | 29 | (2) | - | - | - | 1 | (2) | 1 |
| Ventos Potiguares Ger. de Energia S/A | 203.500 | (7.378) | 194.114 | 100,00% | 194.114 | 77.672 | (7.378) | (2.009) |
| Participações em controladas | | | | | 232.096 | 102.409 | (4.572) | 5.964 |
| Sociedades em conta de participação (a) | - | - | - | | 7.271 | 7.271 | - | - |
| Total avaliado por equivalência patrimonial | | | | 239.367 | 109.680 | (4.572) | 5.964 | |

- (a) A Companhia é sócia participante de algumas sociedades em conta de participação que atuam no segmento de incorporação imobiliária, construção e venda de unidades residenciais.
- (b) Durante o exercício de 2012 a participação na controlada em conjunto Corumbá Concessões S.A aumentou de 18,74% para 22,93% em decorrência da saída de outros controladores da controlada em conjunto resultando em ganho no montante de R\$ 9.726, o qual foi registrado no Patrimônio Líquido da Companhia.

11 Ativos financeiros

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|-------------|---------|--------------|---------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Investimentos mensurados ao valor justo | 1.174.761 | 738.275 | 1.174.761 | 738.275 |

Investimentos mensurados ao valor justo estão compostos por ações negociadas em Bolsa de Valores, as quais foram avaliadas ao mercado pelo preço da ação negociada na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2012. Basicamente nesta rubrica está registrado o valor justo de 60.400.000 ações ordinárias mantidas pela Companhia na CCR S.A.

12 Propriedade para investimentos

Consolidado

| | Consolidado | | Controladora | |
|--------------------------------|-------------|---------|--------------|-------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Shopping Serramar | 104.900 | 125.482 | - | - |
| Imóveis em São José dos Campos | 6.813 | 6.548 | 6.813 | 6.548 |
| | 111.713 | 132.030 | 6.813 | 6.548 |

Movimentação das propriedades para investimentos

| | Shopping Serramar (a) | Imóveis em São José dos Campos (b) | Total |
|--|--------------------------------------|---|----------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2011 | 7.725 | 7.559 | 15.284 |
| Adições e transferências | 117.757 | | 117.757 |
| Variação do valor justo | - | (1.011) | (1.011) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | 125.482 | 6.548 | 132.030 |
| Depreciação e outros | (6.286) | - | (6.286) |
| Variação do valor justo | (14.296) | 265 | (14.031) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 104.900 | 6.813 | 111.713 |

- (a) Refere-se ao Serramar Parque Shopping localizado em Caraguatatuba, construído pela Companhia, com o objetivo de auferir renda com aluguel de lojas e que entrou em operação em novembro de 2011. Esta propriedade para investimento está mensurada pelo valor justo baseado no fluxo de caixa descontado, apurado internamente por profissionais da Companhia; e
- (b) Imóveis em São José dos Campos referem-se a propriedades comerciais mantidas para renda com aluguéis, localizadas em São José dos Campos, estando mensuradas pelo método do valor justo baseado no fluxo de caixa descontado, apurado internamente por profissionais da Companhia.

A mensuração e o ajuste para valor justo são realizados anualmente na data de fechamento de balanço no final do exercício social.

13 Imobilizado

| | <u>Consolidado</u> | | <u>Controladora</u> | |
|-------------------------------------|--------------------|----------------|---------------------|----------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Terrenos | 494.446 | 491.724 | 472.851 | 474.134 |
| Edifícios e construções | 42.814 | 38.237 | 42.814 | 38.162 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 61.290 | 45.339 | - | - |
| Máquinas e equipamentos | 122.524 | 114.776 | 91.265 | 85.254 |
| Veículos | 94.899 | 54.582 | 94.811 | 55.967 |
| Móveis, utensílios e outros | 772 | 1.761 | 502 | 579 |
| Equipamentos de informática | 1.846 | 614 | 1.607 | 1.483 |
| Obras em andamento e outros | 388.524 | 146.301 | 9.320 | 25.655 |
| | <u>1.207.115</u> | <u>893.334</u> | <u>713.170</u> | <u>681.234</u> |

Controladora

| | Taxa de depreciação (a.a.%) | 2012 | | 2011 | |
|-----------------------------|-----------------------------|----------------|-----------------------|----------------|----------------|
| | | Custo | Depreciação acumulada | Saldo residual | Saldo residual |
| Terrenos | - | 472.851 | - | 472.851 | 474.134 |
| Edifícios e construções | 2,8 | 57.798 | (14.984) | 42.814 | 38.162 |
| Máquinas e equipamentos | 4 a 25 | 150.775 | (59.510) | 91.265 | 85.254 |
| Veículos | 14 a 20 | 158.114 | (63.303) | 94.811 | 55.967 |
| Móveis, utensílios e outros | 10 | 1.561 | (1.059) | 502 | 579 |
| Equipamentos de informática | 20 | 5.334 | (3.727) | 1.607 | 1.483 |
| Obras em andamento e outros | - | <u>9.320</u> | <u>-</u> | <u>9.320</u> | <u>25.655</u> |
| Total | | <u>855.753</u> | <u>(142.583)</u> | <u>713.170</u> | <u>681.234</u> |

Movimentação do ativo imobilizado – Controladora

| | Saldo em 01/01/2010 | | | Saldo em 31/12/2011 | | | Saldo em 31/12/2012 |
|-------------------------------------|---------------------|-----------------|----------------|---------------------|-----------------|-----------------|---------------------|
| | Adições | Baixas | | Adições | Baixas | | |
| Terrenos | 493.470 | 1.283 | (20.619) | 474.134 | - | (1.283) | 472.851 |
| Edifícios e construções | 49.043 | 2.628 | (45) | 51.626 | 6.173 | (1) | 57.798 |
| Máquinas e equipamentos | 104.573 | 35.164 | (2.173) | 137.564 | 14.395 | (1.184) | 150.775 |
| Veículos | 72.304 | 38.632 | (1.451) | 109.485 | 49.302 | (673) | 158.114 |
| Móveis, utensílios e outros | 1.423 | 165 | (34) | 1.554 | 31 | (24) | 1.561 |
| Equipamentos de informática | 4.676 | 590 | (332) | 4.934 | 767 | (367) | 5.334 |
| Obras em andamento e outros | <u>15.186</u> | <u>10.470</u> | <u>-</u> | <u>25.656</u> | <u>15.649</u> | <u>(31.985)</u> | <u>9.320</u> |
| Total do custo | 740.675 | 88.932 | (24.654) | 804.953 | 86.317 | (35.517) | 855.753 |
| Depreciação acumulada | <u>(112.706)</u> | <u>(30.967)</u> | <u>19.954</u> | <u>(123.719)</u> | <u>(20.198)</u> | <u>1.334</u> | <u>(142.583)</u> |
| Valor residual do ativo imobilizado | <u>627.969</u> | <u>57.965</u> | <u>(4.700)</u> | <u>681.234</u> | <u>66.119</u> | <u>(34.183)</u> | <u>713.170</u> |

Consolidado

| Taxa de depreciação (a.a.%) | 2012 | | 2011 | |
|--|-------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Depreciação Custo | Saldo acumulada | Saldo residual | Saldo residual |
| Terrenos | - | 494.446 | - | 494.446 |
| Edifícios, construções e praças de pedágio | 2,8 | 57.798 | (14.984) | 42.814 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 2 | 75.810 | (14.520) | 61.290 |
| Máquinas e equipamentos | 4 a 25 | 191.356 | (68.832) | 122.524 |
| Veículos e embarcações | 10 a 25 | 158.412 | (63.513) | 94.899 |
| Equipamentos de informática | 20 | 6.408 | (4.562) | 1.846 |
| Móveis e utensílios | 10 | 1.937 | (1.165) | 772 |
| Obras em andamento e outros (a) | - | <u>388.566</u> | <u>(42)</u> | <u>388.524</u> |
| Total | | <u>1.374.733</u> | <u>(167.618)</u> | <u>1.207.115</u> |
| | | | | <u>893.334</u> |

| | | <u>2012</u> | | <u>2011</u> | |
|---|-----------------------------------|---------------|--|-------------------|-------------------|
| | Taxa de amortização (a.a.%) | Custo | Amortização e exaustão acumulada | Saldo residual | Saldo residual |
| Consolidado: | | | | | |
| Ágio pago na aquisição de investimentos | (a) | 19.525 | - | 19.525 | 19.525 |
| Direitos de lavra | (b) | 28.354 | (2.849) | 25.505 | 25.556 |
| Obras de melhorias | (c) | 13.695 | (11.754) | 1.941 | 4.059 |
| Direito de uso do bem público | (c) | 13.698 | (12.413) | 1.285 | 3.147 |
| Direitos contratuais de comercialização | (d) | 1.999 | - | 1.999 | 1.999 |
| Softwares | 20 | 11.996 | (10.027) | 1.969 | 2.187 |
| Outros | - | <u>2.526</u> | <u>-</u> | <u>2.526</u> | <u>3.070</u> |
| Total | | <u>91.793</u> | <u>(37.043)</u> | <u>54.750</u> | <u>59.543</u> |

- (a) Ágio na aquisição de investimentos fundamentado em expectativa de rentabilidade futura do projeto eólico, adquirido pela Companhia em 2011, com expectativa de início das atividades em 2013;
- (b) A exaustão é calculada com base na quantidade de brita extraída em relação a possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação das jazidas. As jazidas existentes continuam sendo exploradas comercialmente, não havendo por enquanto razões econômicas que inviabilizem essa exploração;
- (c) Direito de uso do bem público e obras de melhorias serão amortizados linearmente de acordo com o período concedido pelo Poder Concedente para exploração da concessão;e
- (d) Direitos contratuais serão amortizados a partir de 2013, ano que está previsto o início da operação comercial das empresas de produção de energia eólica.

15 Empréstimos e Financiamentos

| | | <u>Consolidado</u> | | <u>Controladora</u> | |
|--|------|--------------------|-----------------|---------------------|-----------------|
| | Item | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Banco Santander (TR + 11% a.a.) | 1 | 46.863 | 45.764 | - | 45.764 |
| BNDES (TJLP + 5% a.a. e cesta de moedas + 5% a.a.) | 2 | 37.316 | 36.229 | - | - |
| Banco do Brasil (TJLP + 5% a.a. e cesta de moedas + 5% a.a.) | 2 | 5.227 | 5.071 | - | - |
| Debêntures Bradesco (128,85% da Taxa DI-Over) | 3 | 45.659 | - | - | - |
| Financiamento de equipamentos (FINAME PSI 2) | 4 | 53.275 | 65.311 | 53.275 | 65.311 |
| Financiamento (BNDES EÓLICAS) | 5 | 381.782 | - | - | - |
| Outros financiamentos | | <u>17.393</u> | <u>10.589</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Total | | 587.515 | 162.964 | 53.275 | 111.075 |
| Circulante | | <u>(43.411)</u> | <u>(28.422)</u> | <u>(16.448)</u> | <u>(20.775)</u> |
| Não circulante | | <u>544.104</u> | <u>134.542</u> | <u>36.827</u> | <u>90.300</u> |

- (1) Financiamento para a construção do Serramar Parque Shopping Ltda., controlada da Companhia. O prazo de amortização é de 131 meses, e está garantido por aval de acionistas da Companhia.

- (2) Os empréstimos com o BNDES, captados pela Corumbá Concessões S.A., estão garantidos pelo penhor dos direitos emergentes da concessão, ações da Corumbá Concessões S.A., pelo contrato de vendas de energia elétrica com a Companhia Energética de Brasília – CEB e aval de acionistas da Companhia. O prazo de amortização é de 135 parcelas a ser liquidadas até janeiro de 2018;
- (3) As debêntures não conversíveis em ações, emitidas pela Corumbá Concessões S.A., possuem vencimento em novembro de 2020, sendo a primeira parcela do valor nominal em novembro de 2016 e as demais pagas anualmente. A remuneração de 128,85% da Taxa DI-Over, serão pagas semestralmente. As emissões estão garantidas por penhor de ações ordinárias de emissões da Corumbá Concessões e da Companhia;
- (4) FINAME PSI 2 foram tomados com instituições financeiras para financiar aquisições de financiamentos de máquinas e equipamentos, estando sujeitos a encargos fixos de 4,5% a 5,5% ao ano e TJLP + juros que variam de 3,2 a 3,7% ao ano, com prazo de amortização mensal de até 60 meses. O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária de equipamentos e aval de acionistas da Companhia;
- (5) Os empréstimos com o BNDES, captados pelas SPEs que integram o Projeto União dos Ventos, através de sua controladora Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A., controlada da Companhia, tem como objetivo financiar a construção do parque eólico nas cidades de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso no estado do RN, estando sujeitos a encargos fixos de 2,5% ao ano acima da TJLP, com prazo de amortização mensal de até 192 meses. O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária da totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Controlada Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. Esse financiamento possui indicador financeiro (covenant) anual em que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida deve ser maior ou igual a 1,3, onde: $(EBITDA - \text{Imposto de Renda e Contribuição Social}) / (\text{Soma dos pagamentos do principal} + \text{Juros em 12 meses})$. O cálculo e consequente manutenção do índice conforme definido, deve começar a ser efetuado a partir da data de início de operação dos parques eólicos.

Exceto o financiamento obtido junto ao BNDES pelas SPEs demonstrado acima, os demais empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas *covenants*.

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

| Anos | Consolidado | Controladora |
|----------------|--------------------|---------------------|
| 2014 | 75.094 | 17.889 |
| 2015 | 56.305 | 12.948 |
| 2016 | 47.331 | 3.973 |
| 2017 | 45.149 | 1.097 |
| 2018 em diante | <u>320.225</u> | <u>920</u> |
| Total | <u>544.104</u> | <u>36.827</u> |

16 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e seus controladores, controladas e coligadas.

Os saldos e transações estão demonstrados a seguir:

| | <u>Consolidado</u> | | <u>Controladora</u> | |
|--|--------------------|--------------|---------------------|---------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Saldos | | | | |
| Ativo circulante | | | | |
| Contas a receber de clientes: | | | | |
| Serveng Desenvolvimento Imobiliario Ltda. | 3.199 | 3.195 | 3.199 | 3.195 |
| Santa Cruz Rodovias S.A. | - | - | 1.622 | 8.440 |
| Consórcios | - | - | 31.543 | 16.251 |
| Serveng Canuanã 1 Empreend. Imob. SPE Ltda. | 788 | - | 788 | - |
| Projeto Energias Renováveis (Eólicas) | - | - | 5.527 | 56.858 |
| Serveng Mineração Balsas | - | - | 26 | 122 |
| Serveng Transportes Ltda | 9 | - | 9 | - |
| Serveng Canuanã 2 Empreend. Imob. SPE Ltda. | 1 | - | 1 | - |
| Ventos Potiguares Geradora | - | - | 3 | - |
| Corumbá Concessões S.A. | - | - | - | 7.659 |
| Empresa de Ônibus Pássaro Marron Ltda. (a) | - | - | - | 64 |
| Pecuaría Serramar Ltda | - | - | - | 5 |
| Serveng Energias Renováveis S.A. | - | - | - | 5 |
| Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. | - | - | - | 7 |
| | <u>3.997</u> | <u>3.195</u> | <u>42.718</u> | <u>92.606</u> |
| Dividendos a receber: | | | | |
| Corumbá Concessões | - | - | 113 | - |
| Outras contas a receber: | | | | |
| Serramar Parque Shopping (b) | - | - | 69.604 | 7.354 |
| Ativo não circulante | | | | |
| Mútuos: | | | | |
| Serveng Transportes | - | 72 | - | 72 |
| Serveng Energias Renováveis S.A. | - | - | - | 1.680 |
| Serramar Parque Shopping | - | - | 14 | - |
| Ventos Potiguares Geradora de Energia S.A. | - | - | - | 600 |
| Condominio do Serramar Parque Shopping | 100 | - | 100 | - |
| Serveng Construquali | 124 | - | 124 | - |
| Serveng Desenvolvimento Imobiliario | <u>2.600</u> | <u>1.412</u> | <u>2.600</u> | <u>1.412</u> |
| | <u>2.824</u> | <u>1.484</u> | <u>2.838</u> | <u>3.764</u> |
| Adiantamento para futuro aumento de capital: | | | | |
| Corumbá Concessões S.A. (AFAC) | - | - | 38.195 | 38.195 |
| Ventos Potiguares Geradora de Energia S.A | - | - | 2.979 | - |
| Serveng Mineração Balsas Ltda. | - | - | 3.850 | - |
| Serramar Parque Shopping Ltda. | - | - | 50 | - |
| | - | - | <u>45.074</u> | <u>38.195</u> |

| | <u>Consolidado</u> | | <u>Controladora</u> | |
|--|--------------------|----------|---------------------|----------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Outras contas a receber: | | | | |
| Serramar Parque Shopping Ltda (b) | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>107.774</u> |
| Passivo circulante | | | | |
| Outras contas a pagar: | | | | |
| Santa Cruz Rodovias S.A. | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>2.000</u> | <u>-</u> |
| Passivo não circulante | | | | |
| Mútuos: | | | | |
| Dragaport Engenharia Ltda. | - | - | 4.837 | 5.000 |
| Santa Cruz Rodovias S.A. | - | - | 7000 | - |
| Serramar Parque Shopping Ltda. | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>89</u> | <u>764</u> |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>11.926</u> | <u>5.764</u> |
| Transações | | | | |
| Vendas de bens e serviços: | | | | |
| Serramar Parque Shopping Ltda. | - | - | - | 118.000 |
| Santa Cruz Rodovias S.A. | - | - | 17.137 | 11.930 |
| Projeto Energias Renováveis (Eólicas) | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>101.019</u> | <u>43.429</u> |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>118.156</u> | <u>173.359</u> |
| Vendas de investimentos: | | | | |
| Serveng Energias Renováveis (venda da Ventos Fortes) | - | - | 5.000 | - |
| Soares Penido (venda da Serveng Energias Renováveis) | - | - | 640 | - |
| Soares Penido (venda da Caiçara dos Ventos) | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>30</u> | <u>-</u> |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>5.670</u> | <u>-</u> |

- (a) Empresa alienada durante o exercício de 2011.
- (b) Refere-se ao contas a receber da Companhia pela alienação do shopping Serramar a sua controlada Serramar Parque Shopping Ltda durante o exercício de 2012.

Remuneração da Administração e da diretoria

Durante o exercício de 2012, os Administradores da Companhia e controladas receberam remuneração a título de honorários, no montante de R\$ 7.440 (R\$ 8.005 em 2011), sendo contabilizada como despesas com pessoal e encargos no grupo de despesas administrativas e gerais.

17 Impostos e contribuições a recolher

| | Consolidado | | Controladora | |
|----------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Obrigações fiscais: | | | | |
| Tributos parcelados (a) | 29.057 | 32.097 | 27.714 | 31.521 |
| COFINS | 12.348 | 6.723 | 11.763 | 6.560 |
| ISS | 8.496 | 7.235 | 8.102 | 3.975 |
| PIS | 2.207 | 1.230 | 2.082 | 1.196 |
| ICMS | 4.511 | 1.434 | 4.508 | 881 |
| Obrigações previdenciárias | 7.252 | 6.605 | 6.959 | 6.343 |
| Outros | <u>7.924</u> | <u>9.565</u> | <u>3.067</u> | <u>6.517</u> |
| Total | 71.795 | 64.889 | 64.195 | 56.993 |
| Circulante | <u>(48.986)</u> | <u>(38.709)</u> | <u>(42.546)</u> | <u>(31.608)</u> |
| Não circulante | <u>22.809</u> | <u>26.180</u> | <u>21.649</u> | <u>25.385</u> |

- (a) Tributos parcelados no montante de R\$ 29.057 estão compostos como segue: **(i)** R\$ 22.863 referentes aos débitos incluídos no processo de consolidação do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, obtido pela controlada Serveng com prazo de quitação entre 73 e 161 parcelas mensais, sujeito a atualização pela variação da SELIC; **(ii)** R\$ 1.455 referente ao saldo remanescente do parcelamento de ISS da Prefeitura de São Sebastião, obtido pela controlada Serveng, para ser pago em 100 parcelas mensais, atualizadas pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo; **(iii)** R\$ 3.401 referente ao saldo do parcelamento do ISS do Distrito Federal obtido pela controlada Serveng a ser pago em 60 meses e atualizado pela variação do INPG mais juros de 1% ao mês; e **(iv)** outros tributos parcelados totalizando R\$ 1.338.

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

| Anos | Consolidado | Controladora |
|----------------|---------------|---------------|
| 2014 | 6.385 | 6.065 |
| 2015 | 6.143 | 6.057 |
| 2016 | 6.036 | 5.992 |
| 2017 | 2.821 | 2.777 |
| 2018 em diante | <u>1.424</u> | <u>758</u> |
| Total | <u>22.809</u> | <u>21.649</u> |

18 Provisão para contingências

Controladora

| | 2012 | | 2011 | |
|------------------------|---------------|----------------------|------------------|------------------|
| | Provisão | Depósito Judicial | Saldo líquido | Saldo líquido |
| Processos tributários | 2.306 | (301) | 2.005 | 1.907 |
| Processos cíveis | 6.526 | (1.778) | 4.748 | 690 |
| Processos trabalhistas | <u>6.816</u> | <u>(1.294)</u> | <u>5.522</u> | <u>5.797</u> |
| Total | <u>15.648</u> | <u>(3.373)</u> | <u>12.275</u> | <u>8.394</u> |

Consolidado

| | 2012 | | 2011 | |
|------------------------|---------------|----------------------|------------------|------------------|
| | Provisão | Depósito Judicial | Saldo líquido | Saldo líquido |
| Processos tributários | 3.583 | (301) | 3.282 | 2.209 |
| Processos cíveis | 6.585 | (1.778) | 4.807 | 712 |
| Processos trabalhistas | <u>7.019</u> | <u>(1.294)</u> | <u>5.725</u> | <u>5.789</u> |
| Total | <u>17.187</u> | <u>(3.373)</u> | <u>13.814</u> | <u>8.710</u> |

A Companhia e as empresas com controle integral possuem outras contingências passivas tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo o montante aproximado de R\$ 70.825 (R\$ 74.747 em 2011), que foram avaliadas pelos assessores jurídicos como possíveis e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi consignada nas demonstrações financeiras consolidadas.

19 Outras contas a pagar

| | Consolidado | | Controladora | |
|--|-----------------|-----------------|----------------|----------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Compromisso com opção de recompra de ações | - | 29.326 | - | - |
| Honorários advocatícios | 24.886 | 21.479 | 24.886 | 21.479 |
| Obrigações assumidas com consorciadas | 76.623 | 50.920 | - | - |
| Adiantamento de clientes | 4.053 | 4.917 | 4.053 | 4.917 |
| Outros | <u>10.259</u> | <u>3.189</u> | <u>3.489</u> | <u>617</u> |
| Total | 115.821 | 109.831 | 32.428 | 27.013 |
| Circulante | <u>(47.176)</u> | <u>(31.010)</u> | <u>(7.542)</u> | <u>(5.534)</u> |
| Não circulante | <u>68.645</u> | <u>78.821</u> | <u>24.886</u> | <u>21.479</u> |

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 o capital social da Companhia era de R\$ 1.271.900 (R\$ 1.207.380 em 2011), representado por 45.137.509.433 (43.714.259.508 em 2011) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2012 foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 30.000. Adicionalmente em Assembleia Extraordinária de 21 de dezembro de 2012 foi aprovado aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 34.250. Ambos os aumentos de capital foram efetuados por meio da integralização do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC anteriormente efetuado pelos acionistas.

b. Reserva de lucros

- **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- **Reserva de retenção de lucros**

A Administração da Companhia está propondo, *ad referendum* na Assembleia Geral Ordinária, a transferência do saldo remanescente do lucro líquido ajustado para a rubrica Reserva de Retenção de Lucros, como segue:

| Descrição | 2012 |
|--|----------------|
| Lucro líquido do exercício | 400.770 |
| (-) Constituição da reserva legal | (20.039) |
| Ganho decorrente de variação de participação em controlada em conjunto | 9.726 |
| Realização do custo atribuído de ativo de controladas, líquido de tributos diferidos | <u>1.375</u> |
| Lucro líquido a transferir para reserva de retenção de lucros | <u>391.832</u> |

c. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos no passivo no exercício em que são propostos pela Administração e aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Durante o exercício de 2012, foram aprovados a distribuição de dividendos no montante de R\$ 38.700 por meio das Assembleias Gerais Extraordinárias de 27 de fevereiro, 23 de agosto de 2013 e 21 de dezembro de 2012.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui o ajuste por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquido dos efeitos tributários, registrados pelas empresas controladas.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e/ou depreciação dos ativos a que elas se referem.

21 Gerenciamento de riscos

As operações da Companhia e suas controladas diretas estão sujeitas aos seguintes fatores de risco: **(i) Risco de Taxa de Juros** – Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de aumento significativo nas taxas de juros, que reduziria as receitas financeiras sobre determinadas operações contratadas na data do balanço, como por exemplo, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e precatórios a receber; **(ii) Risco de Crédito** - O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes, incluindo valores faturados e serviços a faturar. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, bem como a interrupção do fornecimento de serviços e produtos caso ocorra atrasos na quitação de faturas de seus clientes.

22 Receita operacional líquida

| | Consolidado | | Controladora | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Receita de serviços | 905.849 | 530.000 | 871.165 | 521.595 |
| Receita de venda de produtos | <u>144.076</u> | <u>138.446</u> | <u>144.076</u> | <u>125.921</u> |
| Receita operacional bruta | 1.049.925 | 668.446 | 1.015.241 | 647.516 |
| Deduções | | | | |
| Impostos sobre as vendas | (90.376) | (71.309) | (78.775) | (65.787) |
| Taxas diversas, devoluções e abatimentos | <u>(242)</u> | <u>(123)</u> | <u>(243)</u> | <u>(123)</u> |
| | <u>(90.618)</u> | <u>(71.432)</u> | <u>(79.018)</u> | <u>(65.910)</u> |
| | <u>959.307</u> | <u>597.014</u> | <u>936.223</u> | <u>581.606</u> |

23 Despesas administrativas, comerciais e gerais

| | Consolidado | | Controladora | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Despesas com pessoal e encargos sociais | (80.002) | (72.479) | (76.884) | (70.249) |
| Serviços de terceiros | (21.437) | (37.592) | (18.592) | (37.038) |
| Doações e outros | (6.969) | (10.848) | (6.969) | (10.848) |
| Depreciação e amortização | (9.437) | (6.866) | (9.004) | (4.705) |
| Despesas tributárias | (8.663) | (7.703) | (6.476) | (7.256) |
| Provisão para devedores duvidosos, líquido | (9.682) | (4.353) | (9.706) | (4.332) |
| Outros | <u>(11.925)</u> | <u>(19.105)</u> | <u>(31.235)</u> | <u>(14.823)</u> |
| | <u>(148.115)</u> | <u>(158.946)</u> | <u>(158.866)</u> | <u>(149.251)</u> |

24 Resultado financeiro, líquido

| | Consolidado | | Controladora | |
|--|----------------|-----------------|----------------|----------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Ganho na mensuração de ativos financeiros ao valor justo | 436.486 | 30.235 | 436.486 | 30.235 |
| Juros sobre precatórios | 33.977 | 35.136 | 33.977 | 35.136 |
| Receita de aplicação financeira | 14.536 | 9.986 | 8.796 | 9.986 |
| Outras | <u>1.737</u> | <u>7.913</u> | <u>1.481</u> | <u>8.897</u> |
| | 486.736 | 83.270 | 480.740 | 84.254 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Juros pagos ou incorridos | (22.836) | (10.293) | (11.857) | (10.293) |
| Variações monetárias passivas | (1.796) | (9.397) | (1.796) | (9.397) |
| Outras | <u>(7.046)</u> | <u>(12.190)</u> | <u>(1.804)</u> | <u>(2.498)</u> |
| | (31.678) | (31.880) | (15.457) | (22.188) |
| Resultado financeiro líquido | <u>455.058</u> | <u>51.390</u> | <u>465.283</u> | <u>62.066</u> |

25 Avais, fianças, garantias e cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas diretas adotam a política de contratar cobertura de seguros para riscos de engenharia das obras em execução e para determinados bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foi definida por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2012 Serveng possuía seguro-garantia, fianças e coberturas de seguros no total de R\$ 875.697, abrangendo, R\$ 97.929 para risco de engenharia, R\$ 13.250 para responsabilidade civil, R\$ 471.278 para seguro garantia, R\$ 11.484 para seguro/carta fiança, R\$ 268.782 (US\$ 131.530) para aeronaves, R\$ 9.747 para embarcações, R\$ 2.770 para equipamentos e R\$ 457 para veículos.

Em 31 de dezembro de 2012 a controlada direta Santa Cruz Rodovias S.A. possui compromissos vinculados às concessões rodoviárias a serem cumpridos com o Poder Concedente relativos à recuperação, manutenção e conservação os trechos concedidos à Santa Cruz Rodovias S.A.

Em 31 de dezembro de 2012, as empresas pertencentes ao projeto eólico, controladas indiretas da Companhia, por meio da empresa Ventos Potiguares, possuíam cartas fiança que totalizavam R\$ 150.000, para honrar o financiamento assumido com o BNDES.

26 Eventos subsequentes

Julgamento sobre inconstitucionalidade da Emenda Constitucional 62/2009

Em 14 de março de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, julgou parcialmente procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4357 e 4425 para declarar a

inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional 62/2009, que instituiu o novo regime especial de pagamento de precatórios. Com a decisão, foram declarados inconstitucionais dispositivos do artigo 100 da Constituição Federal, que institui regras gerais para precatórios, e integralmente inconstitucional o artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que cria o regime especial de pagamento.

A decisão do Plenário do STF ainda não foi publicada, mas quando ocorrer, deverá esclarecer o tratamento dos créditos precatórios pendentes de pagamento, principalmente em relação a atualização monetária e o fluxo de pagamento dos precatórios. A princípio deverá prevalecer regra anterior a vigência da EC 62/09.

* * *

Contabilidade

Nelson Cardona Filho
Contador CRC 1SP 208504/O-2